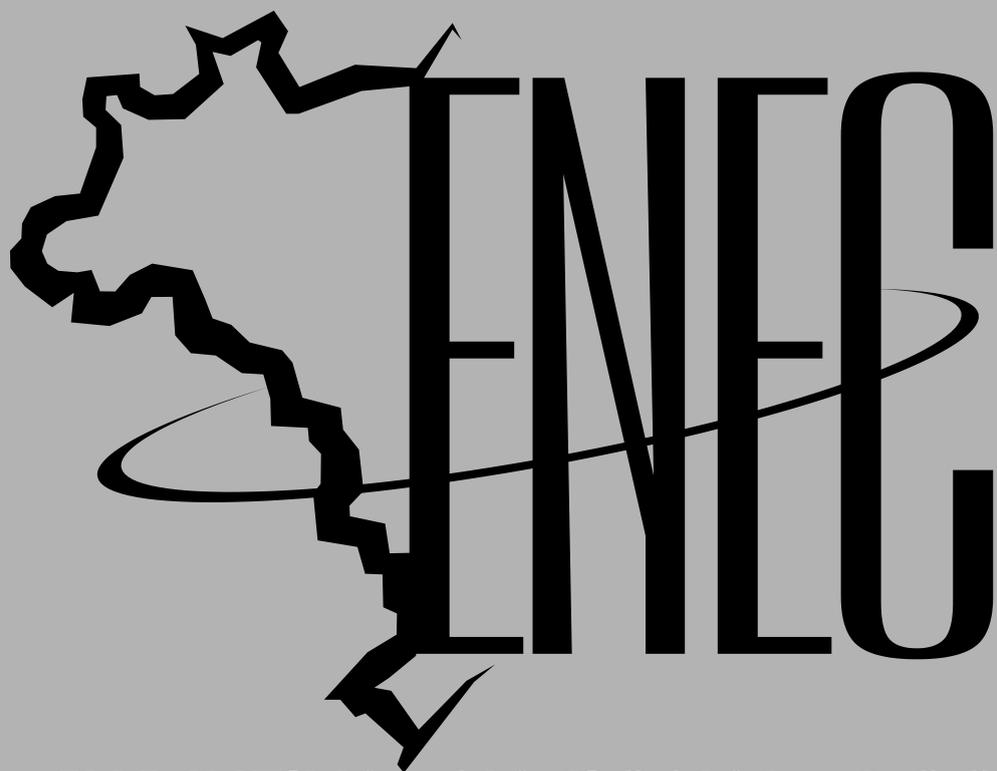


ENECOMP 2006

**XXIV CONGRESSO NACIONAL DOS
ESTUDANTES DE COMPUTAÇÃO**

Caderno de Contribuições



**EXECUTIVA NACIONAL DOS
ESTUDANTES DE COMPUTAÇÃO**

A Executiva Nacional dos Estudantes de Computação - ENEC, fundada em 10 de Setembro 1993, é o órgão de associação, coordenação, orientação e representação dos estudantes dos cursos universitários de graduação e pós-graduação na área de computação do Brasil.

É uma entidade civil, apartidária, sem fins lucrativos, gozando de autonomia administrativa, financeira e disciplinar, com prazo indeterminado de duração.

A Diretoria da ENEC é composta por estudantes de computação indicados pelas delegações dos estados presentes no ENECOMP. Cabe a essa diretoria executar os projetos discutidos e aprovados durante os ENECOMPs e representar a opinião dos estudantes da área de computação em todo o país, quando for solicitada.

Qualquer estudante de computação pode ser um colaborador da ENEC. Não é necessário ser diretor para colaborar. As atividades da ENEC são divulgadas e debatidas através da lista enec-l e você pode se inscrever nessa lista acessando a URL: Listas.enec.org.br

Uma vez por ano acontece o CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE COMPUTAÇÃO - ENECOMP. Durante o ENECOMP além de palestras, jogos e festas de confraternização, ocorrem os Grupos de Trabalho que formulam as propostas que são discutidas e aprovadas na ASSEMBLÉIA GERAL da ENEC, que ocorre no último dia do ENECOMP. A ASSEMBLÉIA GERAL é aberta a todos estudantes e está apto a votar um representante de cada curso de computação presente no ENECOMP.

Com o objetivo de embasar melhor algumas discussões que deverão ocorrer neste ENECOMP, a ENEC formulou este CADERNO DE CONTRIBUIÇÕES. O que você confere a seguir são textos enviados por alunos de computação de todo o país e não refletem necessariamente a posição da diretoria da ENEC.

Como subsidio para o debate, você confere a seguir as resoluções da última ASSEMBLÉIA GERAL da ENEC ocorrida em Bonito-MS em 04 de agosto de 2005.

RESOLUÇÕES DO ENECOMP 2005

EDUCAÇÃO:

- ♦ A ENEC deve ser contrária a medidas paleativas para inclusão de estudantes no ensino superior, como o PROUNI;
- ♦ Contra a criação do ciclo básico nas universidades;
- ♦ A favor do aumento na participação dos estudantes nos conselhos das universidades;
- ♦ Pela liberdade na composição dos conselhos das universidades federais;
- ♦ Apoio a preservação e valorização da universidade pública;
- ♦ Verbas públicas, com rúbrica específica para a assistência estudantil;
- ♦ O ENADE deve avaliar separadamente pelo menos os 04 (quatro) cursos que compõem, segundo o MEC, a área de computação: Bacharelado em Ciência da Computação, Licenciatura em Computação, Engenharia da Computação e Sistemas de Informação;
- ♦ A ENEC recomenda a participação dos alunos dos 4 cursos da área de computação no ENADE 2005, pois entende que o resultado da avaliação poderá trazer benefícios para a atualização e reformas curriculares dos cursos de computação;
- ♦ Em defesa da universidade pública, gratuita, de qualidade com uso e desenvolvimento de software livre.

REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE INFORMÁTICA

Devido a ausência de uma discussão mais aprofundada sobre este assunto, a Assembléia Geral decidiu por suprimir todo esse tópico, não havendo portanto, deliberações sobre este tema durante esta Assembléia Geral, porém requer que este assunto seja discutido nos estados brasileiros, para que na Assembléia Geral de 2006 seja aprovada uma posição quanto ao tema.

MOVIMENTO ESTUDANTIL

- ♦ Maior politização dos alunos dos cursos de computação;
- ♦ Estreitar a comunicação da ENEC e das Executivas Estaduais de Computação com os Centros Acadêmicos e Diretórios Acadêmicos para a divulgação da ENEC e das Executivas Estaduais de Computação, e de suas atividades;
- ♦ Desenvolvimento de uma política financeira para a ENEC;
- ♦ Criação de uma carteirinha estudantil e do jornal da ENEC para obtenção de recursos financeiros;
- ♦ Maior comprometimento dos estudantes com a construção da ENEC, independente dos cargos que ocupam;
- ♦ Criação, apoio e fortalecimento das Executivas Estaduais de Computação;
- ♦ Maior divulgação da ferramenta colaborativa TWiki pela ENEC;
- ♦ Pela unidade no movimento estudantil e valorização das entidades nacionais; Incentivo da participação das mulheres na área de computação. Contra todo o tipo de repressão às mulheres no ambiente acadêmico e profissional;
- ♦ Possibilidade de o movimento sindical como FENADADOS, FENAINFO e outras entidades da área ajudar financeiramente as Executivas, preservando a sua autonomia;
- ♦ Participação e apoio da ENEC em eventos de software livre;
- ♦ Participação da ENEC em eventos de entidades e Executivas de outros cursos, Diretórios Centrais de Estudantes, UEEs e UNE para a difusão da liberdade do conhecimento e do software livre como bandeira do movimento estudantil.

ESTRUTURA DA ENEC

- ♦ Convocação de um Encontro Nacional de Entidades de Base de Computação (ENEB-Comp), em caráter experimental, com o objetivo de discutir a possibilidade da criação, na Assembléia Geral de 2006, de uma nova instância na estrutura deliberativa da ENEC;
- ♦ Realização de um ENEB-Comp até o próximo ENECOMP, em local a definir, no primeiro semestre de 2006;
- ♦ Convidar os grupos "PSLs" (Projeto Software Livre) para participarem do ENEB-Comp;
- ♦ Mencionar as Executivas Estaduais de Computação como entidades associadas a ENEC em seu estatuto;
- ♦ Fixação do número de diretores da ENEC em 06 (seis), mantendo a indicação de no máximo 01 (um) diretor por estado, conforme o estatuto aprovado na Assembléia Geral de 2004;
- ♦ O ENEB-Comp deverá estudar uma proposta de aumento da representatividade na Assembléia Geral, para ser implementada a partir de 2007;

ORGANIZAÇÃO DO ENECOMP:

- ♦ No site do ENECOMP deve constar que o evento é deliberativo, e as regras de credenciamento para a Assembléia Geral dos Estudantes de Computação;
- ♦ Criação de um espaço para troca de idéias e experiências entre as entidades no ENECOMP;
- ♦ Melhorar a programação cultural e esportiva do ENECOMP;
- ♦ Melhorar a divulgação do ENECOMP através de listas de email, cartazes, eventos e divulgação em sites da área, com no mínimo, 06 (seis) meses de antecedência;
- ♦ Promover mini-cursos fixos da ferramenta colaborativa TWiki nos ENECOMPs;
- ♦ Mudar o nome de Encontro Nacional dos Estudantes de Computação para Congresso Nacional dos Estudantes de Computação, mantendo a sigla ENECOMP;
- ♦ Organização do ENECOMP: A infra-estrutura e logística cabe a comissão organizadora local e a aprovação da programação do evento cabe a diretoria da ENEC;
- ♦ Dar prioridade na programação para a realização de mais mesas e grupos de trabalhos;
- ♦ Cabe a diretoria da ENEC aprovar os macro-temas do ENECOMP;
- ♦ A organização do ENECOMP deve divulgar as atas das suas reuniões no site da ENEC;
- ♦ Definição de um cronograma de atividades da organização do ENECOMP, que deverá ser apresentado e aprovado pela diretoria em até 2 meses após a confirmação da candidatura.



"It's completely stupid and wrong" - Richard Stallman

A frase acima foi dita por Richard Stallman no último FISL a respeito da regulamentação da profissão de informática.

É muito comum falarmos de Software Livre no movimento estudantil da computação. Defendemos a idéia com todas as nossas forças, driblamos como podemos as estratégias de FUD (medo, incerteza e dúvida) de produtores de software proprietário, notadamente a Microsoft. Produzimos, recomendamos, entusiasmamos outros com a idéia. Entretanto, muitas vezes esquecemos as idéias de liberdade subjacentes ao software livre em outros assuntos de nosso interesse.

Fazemos e defendemos software livre porque ele dá, a todos, as quatro liberdades: a liberdade de usar, de copiar, de modificar, de compartilhar. Isso torna-o democrático, independente das condições materiais de custeio de quem o usa ou o modifica. Mas de que adianta ter essas liberdades intrínsecas ao software se a lei nos proibir de modificá-lo? Ou então, se ela permitisse que o modificássemos mas não permitisse que fizéssemos uso dessas modificações comercialmente. De que nos adiantaria? Ao restringir a atividade comercial informática a portadores de diplomas, técnico ou superior, qualquer regulamentação da profissão vai na contra-mão do software livre e das idéias de liberdade que há anos defendemos.

Discutir a liberdade por si só muitas vezes pode trazer a impressão de que estamos tratando de pura e simples "libertinagem", especialmente quando nos deparamos com uma sociedade na qual diversas profissões são regulamentadas e restritas a graduados. Entretanto, médicos, engenheiros civis e advogados possuem algo em comum além de regulamentação: são atividades prestadas diretamente aos consumidores finais. Não bastasse isso, um erro de qualquer um deles pode levar à morte de pessoas, fato que acontece em nichos extremamente restritos da informática, que por essas características, têm treinamentos especiais requeridos.

Além disso, muitos defensores da regulamentação partem da premissa que o mercado não tem capacidade de avaliar sua mão-de-obra, e no entanto, até hoje isso não foi um problema que levasse à demanda por parte dos empregadores de uma entidade reguladora.

Obviamente que, na suposição de que defendamos uma regulamentação restrita a graduados, com alguma sensatez não incluiríamos na lista de atividades prestadas o conserto de computadores, por exemplo. Aliás, seria difícil encontrar sequer um curso que tivesse como tema esse assunto, e o motivo para isso é simples: o escopo de atuação de um profissional formado é outro. Será que seria

necessário estabelecer um limite entre o trabalho de mecânico e um engenheiro mecânico? De forma análoga, como delimitar um usuário de planilhas eletrônicas, um programador de alto nível e outro de baixo nível, se a transição entre essas categorias pode decorrer de experiência gradualmente adquirida?

É com pesar que a escassez de posições ao nível de um graduado faça com que muitos lutem pela restrição como uma forma de garantir uma parte maior das migalhas para si, quando o que nosso diploma nos ensinou foi inovar e empreender, procurando um nicho que explore nossos potenciais. Não há como comparar o trabalho de um diplomado e um não-diplomado, a não ser que a atividade exercida não exija a capacidade de um graduado. Mas nem por isso deixamos de encontrar profissionais formados em outras áreas na informática, praticando o auto-didatismo. Porém, seria recriminável a formação auto-didata se nossa área muda tanto que um diploma não serve para nada após alguns anos sem estudo adicional? Citemos alguns exemplos:

Steve Jobs abandonou a faculdade muito antes de se formar, fundou a Apple na garagem, foi demitido pelos acionistas e depois disso ainda fundou a Pixar. Richard Stallman - fundador da Free Software Foundation - é formado em física e cursou apenas uma disciplina de compiladores. Linus Torvalds ainda não havia se formado quando lançou a primeira versão do Kernel do Linux. O brasileiro Marcelo Tossati foi contratado pela Conectiva aos 12 anos, e aos 17 era o mantenedor do Kernel do GNU-Linux. No meio acadêmico a situação não seria diferente: vemos bacharéis e engenheiros de outras áreas atuando como docentes na área de computação em instituições renomadas.

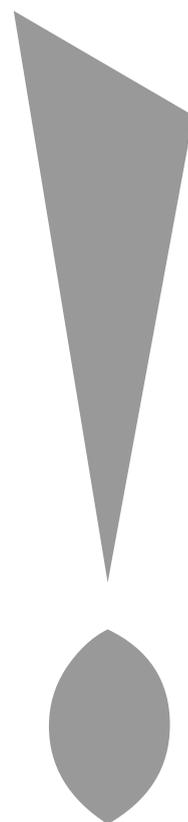
Analisando a possibilidade de regulamentação restritiva da informática, podemos encontrar muitos reveses perigosos. Um conselho de diplomados eletizaria a profissão em dois sentidos - tanto restringindo quem não possui condições para ter um diploma como quem poderia tê-lo trabalhando desde antes para isso. Ainda que profissionais que atuam sem diploma continuem a poder trabalhar, seriam subordinados a um profissional

diplomado, estabelecendo uma forma de exploração semelhante àquela encontrada em escritórios de advocacia, por exemplo. A restrição de mercado é um estimulante à incompetência e à mediocridade, uma vez que a oferta de profissionais diminuirá. Não se consegue precisar os limites entre uma regulamentação útil e outra exagerada, em especial sobre a consideração - ou não - dos cursos de curta duração com prerrogativa aos mesmos direitos. Não existe um limite claro (e nem pode existir) entre o que é usuário e quem é profissional (nos pontos em que ela se torna clara, já é desnecessário regulamentar).

Dado isso, manifestamo-nos contrários à qualquer regulamentação da profissão de informática que impeça a atividade profissional de qualquer pessoa. A profissão da computação deve ser livremente exercida por qualquer um que seja capaz, independente de formação específica ou titulação. A computação é livre!

Assinam esta contribuição:

Thiago Serra Azevedo Silva - estudante de Engenharia de Computação pela Unicamp tserra@gmail.com, **Alan Godoy Souza Mello** - estudante de Engenharia de Computação pela Unicamp alangsmento@gmail.com e **Luís Guilherme Fernandes Pereira** - mestrando em Ciência da Computação pela Unicamp lpereira@gmail.com



Regular para que(m)?

Um dos assuntos que deve gerar mais polêmica neste ENECOMP certamente será a regulamentação da profissão.

Para falar a favor criam-se valores, até mesmo substituem-se responsabilidades. O que devemos ter em mente é que um conselho não possui a atribuição de fiscalizar a formação acadêmica dos estudantes de graduação, esse dever é do MEC! Se existem "universiesquinas" por aí, é porque não há uma fiscalização efetiva por parte do Estado e é dele que devemos cobrar. Essa é a nossa responsabilidade. Não apenas como estudantes!

A ilusão que se criou que "um conselho vai resolver todos os nossos problemas" é muito grande. Um conselho não se faz necessário em nossa área por conta de ser um segmento que não tem um contato direto e/ou perigoso com a sociedade. Não é atribuição do conselho defender interesses do profissional, mas sim da sociedade. Quem defende o interesse do trabalhador da área é o sindicato e sua respectiva federação/confederação.

Não podemos ter medo do mercado. Se realmente acreditamos em nosso potencial acadêmico, na nossa formação (afinal, antes de entrarmos em uma universidade, primeiro avaliamos sua qualidade) não podemos ter medo do "mau profissional", afinal

se este não possui a formação adequada, certamente não haverá competição (ou se ocorrer, a mesma será desigual, é claro).

O conceito de ética e responsabilidade deve ser encarado como a formação do ser e não na regulamentação da profissão. Um profissional "picareta" pode ser denunciado a qualquer órgão público de defesa da sociedade (como o Ministério Público, por exemplo) e o mesmo pode se dizer das "universiesquinas", tendo o MEC esta responsabilidade de fiscalizar.

É inimaginável que alguém realmente possa acreditar que de posse de uma carteira do conselho, esta terá um atestado de bons antecedentes...quase um atesto de origem! Além disso, temos os crimes de internet, acesso de menores de idade a lan's, venda

casada em banda larga, e-CPF, inclusão digital etc etc...estes são de responsabilidade do Estado e de seus instrumentos executivos (ministérios) e normativos (câmara), como Ministério da Justiça, da Educação, do Desenvolvimento Social, da Ciência e Tecnologia por exemplo.

Se pregamos o conhecimento livre através do nosso foco de atuação, devemos ser livres também em nossa atuação! É impossível delimitarmos o que é e o que deixa de informática, até mesmo por conta de sua natureza evolutiva. Não podemos esquecer que diversos (excelentes) profissionais conheceram seus primeiros bits sozinhos (autodidata).

E então, o que faremos com eles? Deixaremos os mesmos fora do mercado? Obrigaremos os mesmos a procurarem uma graduação e assim criando um novo nicho de mercado?

Imaginem quantas "universiesquinas" teremos...até porque sabemos que as universidades públicas não terão como absorver todo esse contingente dado o seu frequente sucateamento.

Exames (como o da OAB) devem ser negados!

Que lógica é essa que iremos trabalhar?

Um conselho tem mais competência para atestar a formação do profissional que uma Universidade? Que o MEC? Será que também teremos cursos preparatórios para o exame do nosso futuro conselho? A formação do profissional se verifica no cotidiano do trabalho e nas experiências por ele adquirida!

Portanto senhor@s, não podemos nos enganar e delimitar o processo evolutivo do conhecimento. Estamos cada vez mais avançando em TI, não será agora que vamos criar nossa reserva.

Assina esta contribuição:

Rodrigo Poça de Souza - Graduando em Ciência da Computação - UFF - rpoçadesouza-noel@yahoo.com.br

A posição da ENEC Regulamentação sem reserva

A ENEC defende a alguns anos um projeto de regulamentação da profissão de informática sem reserva de mercado. Essa idéia é muito criticada pro muitos, tanto pelos que defendem a reserva como pelos que são contrários a regulamentação. Traçaremos nas linhas abaixo uma defesa a um modelo de regulamentação que atenda as peculiaridades de nossa área.

A informática é uma profissão diferente de uma medicina ou de uma engenharia. Existem muitos auto-didatas, e não é necessário um curso superior para o aprendizado das profissões ligadas a área. Obrigar uma pessoa a ter diploma superior para trabalhar com computação soa como um mero protecionismo bancado por pessoas que tem medo de perderem seus empregos. Muitos grandes talentos nunca fizeram faculdade, e nem precisam fazer.

Mas, sem reserva, para que serve a regulamentação?

Além de reconhecer a profissão, a regulamentação com a criação de um conselho, criará um órgão para zelar pelas boas práticas dos profissionais de computação no Brasil. O conselho servirá para proteger a sociedade dos maus profissionais, e não o contrário.

Mas, se não for obrigatório, por que eu iria me filiar a um conselho?

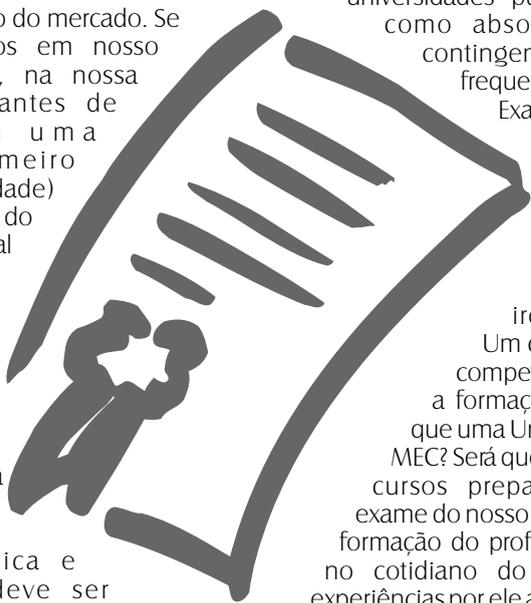
Acreditamos em uma seleção natural do mercado. Os profissionais sem registro serão "sem garantia", enquanto aqueles que apresentarem a carteira do conselho, estarão sendo respaldados pelo órgão.

Mas, como garantir essa qualidade dos profissionais?

Defendemos a idéia de que todos com diploma de terceiro grau ou técnico em informática (ou afins) possam se registrar apresentando o diploma. Já os não formados fariam uma prova genérica de computação para poder tirar seu registro. De tempos em tempos, o conselho faria provas e cursos de reciclagem para renovar o registro de seus filiados, garantindo assim a adequação da formação dos profissionais a realidade, tendo em vista que a computação é muito dinâmica.

Esse debate sobre regulamentação é muito amplo. Nesse texto, foram abordados apenas alguns temas centrais sobre ele. O ENECOMP é o espaço ideal para que esse debate aconteça, e que a ENEC amadureça sua posição sobre o assunto e o defenda nos fóruns pertinentes.

Henrique Andrade - Conselho Fiscal da ENEC - UFRJ - henrique.andrade@ufrj.br
PESC/COPPE-UFRJ - www.cos.ufrj.br





Criação do Conselho Nacional de Entidades de Computação

A ENEC se diferencia da maioria das executivas não só pelo seu método de eleição para a diretoria, mas principalmente por ser a ÚNICA executiva a não possuir, em sua estrutura, um Conselho Nacional de Centros Acadêmicos. A ENEC, em sua estrutura deliberativa possui apenas duas instâncias: a Assembléia Geral que acontece uma vez por ano no ENECOMP e a própria diretoria.

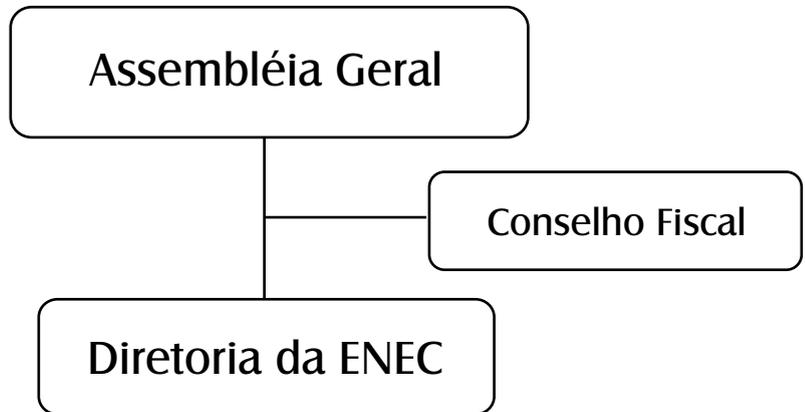
Se tivermos como exemplo todas as outras entidades gerais, como DCEs, UEEs e Executivas de Curso, todas elas possuem em sua estrutura, uma instância intermediária entre a instância máxima, que no nosso caso é a AG e a diretoria. Todas elas possuem um Conselho de Entidades de Base(CAs e DAs) e, no caso da UNE e UEEs, um Conselho de Entidades Gerais(DCEs e Executivas).

A importância da criação de um conselho desses na ENEC não é apenas burocrática, mas também tem como objetivo colocar os centros acadêmicos mais próximos da ENEC e participando mais ativamente das decisões da entidade. Em qualquer universidade, sempre vemos que, quem são os futuros diretores do DCE? Os diretores dos CAs. E geralmente, aqueles que costumam participar cotidianamente do Conselho de CAs do DCE. Lá na UFSCar é assim e acredito que na maioria das universidades também seja assim.

Mas como funcionaria esse Conselho de CAs da ENEC?

Ele ocorreria ordinariamente uma vez por ano, no semestre anterior a realização do ENECOMP e serviria para antecipar o debate dos temas do próprio ENECOMP e para decisões lançadas no ENECOMP anterior, mas que necessitem de um debate mais aprimorado. Além disso, ele poderia ocorrer, como todas as outras executivas fazem, sempre que for realizado um CONEB da UNE. No nosso caso, nós temos dois eventos por ano que reúnem

Estrutura Atual da ENEC

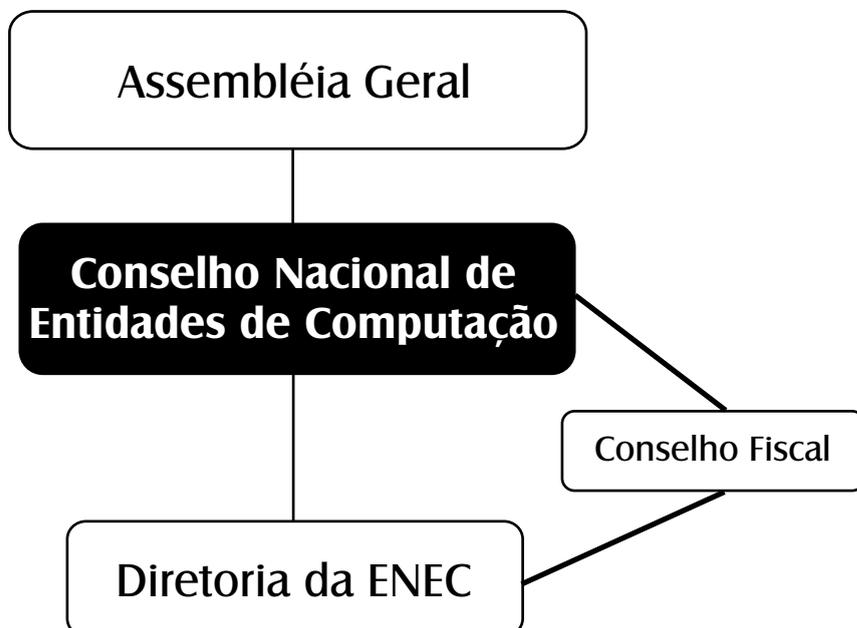


uma grande quantidade de alunos de computação: o FISL e o CONISLI e esses eventos também podem ser aproveitados para essa reunião.

No último CONEB da UNE, realizado em Campinas em abril foi realizada uma reunião experimental com os representantes das entidades de computação presentes no evento. Essa reunião teve a participação de 35 CAs de 12 estados. Foi mais representativa do que a AG do último ENECOMP, que teve a presença de 10 estados. Na reunião foram feitos debates sobre regulamentação, a UNE, o regimento da AG e outros temas. Não houve necessidade de se definir nenhuma posição na reunião, o que deve ser uma rotina, já que, na própria diretoria da ENEC são poucas as ocasiões de voto. A pergunta é: e se houvesse necessidade de uma votação? Ela seria benéfica ou maléfica para os rumos da ENEC? Alguns defendem que seria maléfica.

Enfim, a proposta de criação de um Conselho de CAs na ENEC vem para deixar mais constante o contato da ENEC com os CAs e vem para contribuir com um problema constante na ENEC: o surgimento de novos diretores.

Nova Estrutura Proposta



Propostas:

- ◆ Criação de um Conselho Nacional de Entidades de Computação (CONEC) na estrutura deliberativa da ENEC, entre a diretoria e a Assembléia Geral
- ◆ Realização anual do CONEC, de forma ordinária, ou extraordinária de acordo com indicação da diretoria da ENEC ou do Conselho Fiscal.
- ◆ Realização do CONEC na universidade-sede da proposta perdedora, quando houver, para realização do próximo ENECOMP
- ◆ Realização do CONEC nos CONEBs da UNE.
- ◆ Eleição do Conselho Fiscal da ENEC no CONEC, tendo entidades, e não pessoas, como membros do Conselho.
- ◆ O CONEC pode ser convocado também por requisição de no mínimo 10 entidades de computação pertencentes a pelo menos 3 estados diferentes.

Assina esta contribuição:

Leandro Chemalle - Vice-Presidente da ENEC e Diretor de Inclusão Digital da UNE - leandro@une.org.br

Mais representatividade para a ASSEMBLÉIA GERAL da ENEC

Um debate que sempre é feito é sobre a representatividade da AG. Hoje, tem direito a voto na AG um representante de cada curso de computação presente no ENECOMP. Nesse caso, se uma universidade tem cursos de ciência e engenharia de computação e ambos os cursos tem alunos no ENECOMP, a universidade fica com 2 delegados.

Porém, seria esse o melhor modo de refletir a opinião de todos os estudantes de computação do país, ou pelo menos, de todos os estudantes de computação participantes do ENECOMP?

Com o objetivo de amenizar essa dúvida, a AG de 2005 em Bonito-MS decidiu que deveria ser trazido para a AG de 2006 uma nova proposta de eleição de delegados para a AG e que esta entraria em vigor na AG de 2007. Pensando em uma proposta coerente e que aumente o número de estudantes aptos a votar na AG chegamos a 3 possibilidades:

1) Aumentar a representatividade da AG com base no número de alunos de cada curso

Nesse caso temos a opção que foi adotada pela UNE até o último congresso. Uma proposta é abrir a possibilidade para 1 delegado para cada 50 ou 100 alunos existentes no curso. Para que essa proposta seja viável, é necessário que os delegados tragam um documento da universidade declarando o número total de alunos do curso. Com eleição prévia em Assembléia de Curso ou Indicação em reunião da entidade de base convocada especialmente para esse fim.

2) Aumentar a representatividade da AG com base no número de alunos de cada curso participantes do ENECOMP

Nesse caso temos uma opção que pode ser criada sendo 1 delegado para cada 5 ou 10 participantes inscritos no ENECOMP, com um limite de 5 delegados por curso. Essa opção é interessante uma vez que incentiva a participação de um número maior de estudantes no ENECOMP. Com eleição prévia em Assembléia de Curso ou Indicação em reunião da entidade de base convocada especialmente para esse fim.

3) Todos os estudantes inscritos no ENECOMP estão aptos a votar na AG

Esse é o caso mais polêmico. Nele temos a opção que, inicialmente, é a descrita no atual Estatuto da ENEC. Porém, nesse caso, é necessário um credenciamento separado da inscrição do ENECOMP para a AG e, mais importante do que isso, a exigência de uma participação mínima de todos participantes do ENECOMP nos Grupos de Trabalho (GTs). Como prática comum em outros congressos de executivas e DCEs, a idéia é exigir a participação em pelo menos 50% dos GTs para que o estudante esteja apto a votar. Por fim, essa opção pode gerar distorções, uma vez que um curso pode levar 100 alunos para o ENECOMP e outros 10 cursos podem levar 10 alunos cada. Por outro lado esse fato também pode não ser visto como uma distorção, já que na ENEC todos estudantes de computação têm o mesmo direito, independente de onde estudam.

O objetivo desse texto não é defender nenhuma das opções citadas acima, mas defender que é necessário uma mudança nos critérios da AG. O objetivo aqui é tentar envolver um número maior de alunos com os rumos da ENEC, uma vez que o ENECOMP não deve ser visto apenas como um encontro social de estudantes de computação.

É um evento deliberativo e que dita os rumos do movimento estudantil de computação no nosso país. E isso é bastante coisa.

Assina este texto:

Leandro Chemalle - Vice-Presidente da ENEC e Diretor de Inclusão Digital da UNE

Resoluções do CONEB da UNE na área de TI

- ◆ **Bandeira da UNE em relação ao Software Livre:** Todo estudante universitário tem o direito a opção do tipo de software que ele vai utilizar na graduação. Toda universidade deve apresentar as duas opções de software e não pode exigir a entrega de trabalhos, monografias, etc em formatos proprietários.
- ◆ Criação da Campanha da UNE "Você tem o direito de escolher - Pela utilização de Software Livre em todos os cursos de graduação" com impressão de cartazes, adesivos e folders e possível utilização de grandes mídias, em parcerias com governos, outras entidades ou empresas que apoiem o software livre.
- ◆ Criação do novo servidor do TWIKI da UNE - Ferramenta livre e colaborativa para criação de sites das entidades estudantis
- ◆ Realização da Caravana da Inclusão Digital da UNE como preparação para o 1º.

Seminário de Inclusão Digital da UNE em novembro/2006.

- ◆ Realização do 1º. Seminário de Inclusão Digital da UNE em novembro/2006, junto com o Congresso Internacional de Software Livre em São Paulo - SP.
- ◆ Realização de oficinas regulares de software livre e de TWIKI em todos eventos da UNE e nas sedes dos CUCAs.
- ◆ Impressão de uma Cartilha da UNE de Introdução ao Software Livre para ser distribuída nas universidades
- ◆ Realização de convênios entre a UNE e Escolas de Informática e de Treinamento de todo país para realização de cursos básicos de software livre para estudantes de graduação.
- ◆ Exigência para que todas universidades ofereçam cursos gratuitos de introdução ao software livre e às principais ferramentas.
- ◆ Encaminhar ao governo federal um projeto da UNE para criação de um Laboratório de

Conhecimentos Livres em cada Universidade Federal

- ◆ Que toda universidade priorize o investimento no desenvolvimento de software livre alternativo aos softwares proprietários utilizados nos laboratórios de pesquisa.
- ◆ Encaminhar aos conselhos universitários das universidades um projeto piloto da UNE de migração para software livre nas unidades acadêmicas e administrativas das universidades como incentivo para que essas instituições agilizem esse processo.
- ◆ Incluir no Programa da UNE para as Eleições Presidenciais de 2006 a exigência de políticas e apoio indefinidas de inclusão digital e apoio incondicional a adoção de software livre em todos os governos.
- ◆ Participação da UNE no Fórum Internacional de Software Livre e no CONISLI.

Movimento Estudantil



Proposta de Regimento para os GTs e Assembléia Geral da ENEC

Título I – Da Assembléia

Artigo 01º - De acordo com o Estatuto da Executiva Nacional dos Estudantes de Computação - ENEC, a Assembléia Geral dos Estudantes de Computação é constituída por todos os estudantes dos cursos universitários de graduação e pós-graduação na área de computação do Brasil e é o órgão máximo de deliberação da ENEC. A Sessão Ordinária da Assembléia Geral acontece durante o Encontro Nacional dos Estudantes de Computação - ENECOMP, após a realização de todos os Grupos de Trabalho previstos na programação.

Artigo 02º - A mesa condutora da Assembléia Geral será composta Presidente e pelo Secretário Geral da ENEC. À mesa condutora compete:

- a) a leitura de todas as propostas sistematizadas;
- b) resolver todas as questões de ordem;
- c) decidir por consenso se há contraste durante as votações;
- d) em caso de não haver o consenso, encaminhar a contagem dos crachás, e registrar o resultado em ata.

Artigo 03º - As votações serão decididas por maioria simples dos votos dos delegados que se manifestarem levantando os crachás.

Artigo 04º - À AG compete:

- a) Empossar os membros eleitos para a Diretoria da ENEC;
- b) Indicar e empossar os 03 (três) integrantes do Conselho Fiscal;
- c) Deliberar soberanamente nas questões que surgirem e que sejam do interesse dos estudantes de computação;
- d) Aprovar as propostas encaminhadas pelos Grupos de Trabalho durante o ENECOMP;
- e) Aprovar e modificar o regimento eleitoral da ENEC em conformidade com as disposições gerais deste Estatuto e do Código Civil;
- f) Reformar parcial ou totalmente o estatuto da ENEC em conformidade com as disposições gerais da presente carta;
- g) Dissolver a ENEC nos termos dos Artigos 45 e 46 do Estatuto da ENEC;
- h) Aprovar mudança do local da sede e foro da ENEC, se for o caso;
- i) Alterar no todo ou em parte este regimento.

Artigo 05º - A Assembléia Geral deve ser convocada com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência e divulgada através de edital nos meios de comunicação da

ENEC, bem como em um jornal de grande circulação. O regimento da Assembléia Geral será divulgado nos materiais de divulgação do ENECOMP.

Artigo 06º - Todas as propostas encaminhadas nos Grupos de Trabalho serão lidas durante a AG. Qualquer estudante presente poderá pedir destaque em qualquer proposta. Os destaques poderão ser de supressão, modificação ou esclarecimento. Em caso de divergência, será concedido um tempo de defesa de 3 minutos para cada parte interessada, podendo este tempo ser dividido entre mais de um estudante. Após as defesas, será encaminhada imediatamente a votação.

Título II – Do Credenciamento

Artigo 07º - Cada curso da área de computação de graduação ou de pós-graduação presente no ENECOMP terá direito a indicar um delegado e um suplente para a Assembleia Geral.

Artigo 08º - Para os cursos de graduação, a indicação do delegado deve ser feita por:

- a) Ata da Reunião do Centro ou Diretório Acadêmico do curso constando a indicação do delegado, **ou**;
- b) Ata da Assembléia Geral dos estudantes do curso, constando a aprovação do delegado, **ou**; c) Lista de eleição.

Artigo 09º - Para os cursos de pós-graduação, a indicação pode ser feita através de:

- a) Ata de reunião do Centro ou Diretório Acadêmico do curso constando a indicação do Delegado, **ou**;
- b) Ata de reunião da APG (Associação dos Pós-Graduandos) local, constando a indicação do delegado, **ou**;
- c) Ata da Assembléia Geral dos estudantes do curso, **ou** d) Lista de eleição.

Artigo 10º - Para o credenciamento do delegado, o estudante devera ter em mãos a ata de indicação e um documento que comprove o seu vínculo com o curso. Esse comprovante pode ser:

- a) carteira de identificação estudantil da universidade com foto, **ou**;
- b) comprovante de matrícula e RG, **ou**;
- c) comprovante de pagamento de mensalidade (Instituições particulares) e RG, **ou**;
- d) em caso de Ata de Indicação por entidade de base, cópia da Ata de Posse da diretoria da entidade de base.

Artigo 11º - Serão delegados para a Assembléia Geral os estudantes dos cursos da área de computação reconhecidos pelo MEC a seguir:

- a) Bacharelado em Ciências da Computação;
- b) Engenharia de Computação;
- c) Sistemas de Informação;
- d) Licenciatura em Computação.

Parágrafo Único: Caberá a mesa de credenciamento decidir por maioria simples de votos pelo credenciamento de delegados de cursos diferentes dos citados neste Artigo.

Artigo 12º - A mesa de credenciamento será composta pelos diretores da ENEC presentes na Assembléia Geral.

Título III – Dos Grupos de Trabalho

Artigo 13º - Cada Grupo de Trabalho será coordenado por dois estudantes, sendo um diretor da ENEC como coordenador e um relator.

Artigo 14º - As propostas deverão ser apresentadas nos Grupos de Trabalho, sendo elas entregues por escrito para a mesa de cada Grupo de Trabalho.

Parágrafo Único - Só serão encaminhadas para a Assembléia Geral as propostas encaminhadas durante os Grupos de Trabalho e preenchidas na guia padrão.

Artigo 15º - O papel dos Grupos de Trabalho será discutir os pontos de pauta através de inscrições livres entre os participantes.

Título VI – Da Comissão de Sistematização

Artigo 16º - A Comissão de Sistematização será formada pela Diretoria da ENEC. Os trabalhos da Comissão de Sistematização acontecerão nas noites de quarta e quinta-feira.

§1º - A comissão de sistematização deverá publicar a sistematização das propostas encaminhadas à Assembléia Geral até o início da Assembléia, no mural do ENECOMP e em cópias para todos delegados.

§2º - A sistematização das propostas deverá conter apenas as propostas apresentadas e discutidas no Grupos de Trabalho e encaminhadas por escrito a coordenação do GT antes do término do mesmo.

Artigo 17º - A Comissão de Sistematização tem autonomia para definir quais serão as propostas encaminhadas que serão apresentadas e discutidas pela AG.

§1º - Não serão apresentadas a AG as propostas que tiverem conteúdo de desabafos, críticas ou que fugirem ao escopo de deliberação da AG.

§2º - A Comissão de Sistematização terá autonomia para realizar a fusão de propostas complementares, a supressão de propostas redundantes e de indicar a ordem de leitura e discussão, indicando propostas divergentes e propondo procedimentos de votação.

Tecer comentários sobre movimento estudantil é bom. Mas, é um pouco saudosista também.

Esse saudosismo advém, em grande parte, da paralisia de nossas entidades representativas e a maior responsável (não a única) nesse processo, certamente, é a União Nacional dos Estudantes. Esta entidade, que deveria nos representar, sofre com a atuação de uma mesma direção desde o início da década de 90, com seu fisiologismo e problemas crônicos que, a curto prazo, não serão revertidos. Por isso a importância de discutirmos em nosso encontro anual a atuação da UNE e seus rumos.

Em nossa área a situação sempre foi mais delicada, dado o fato que não temos tradição em atuação política. Não por processo de alienação ou algo similar, mas apenas porque não temos tradição...ponto. Estamos conseguindo avançar na discussão de pontos importantíssimos, como regulamentação da profissão por exemplo. Mas, precisamos avançar mais e discutir mais, como TV Digital (e seu padrão), Universidade (e seu caráter, que deveria ser, público), UNE (e seus rumos), Reforma Universitária (e seu caráter aberto, que pune alunos inadimplentes nas privadas e libera os cursos pagos nas universidades...públicas) entre tantos outros.

Não podemos ficar à margem da discussão política da sociedade, e em nosso encontro temos a melhor condição de trocar nossas experiências e conhecimentos, temos o dever (e mais ainda os

representantes de centros e diretórios acadêmicos) de saber o que acontece ao nosso redor e participar ativamente da construção (na nossa área, como principal vertente que é a inclusão digital) de uma sociedade mais justa, que possa compartilhar amplamente o conhecimento.

O grande problema hoje da maior parte de nossas representações acadêmicas são as discussões vazias e de cunho meramente de disputa das entidades e não mais da atuação que ela deve ter a partir das necessidades dos estudantes, de seus anseios e angústias. Além, é claro das práticas degeneradas que permeiam diversos setores do movimento, como agressões físicas, fraudes, alienação, troca de favores etc etc...práticas essas que se repetem (ou serão trazidas?), depois em diversos segmentos do movimento sindical.

Vamos pra frente...caminhando com uma ENEC cada vez mais forte, atuante, democrática, representativa, solidária, socialmente responsável e de base! Como vem sendo e continuará a ser!

sds a tod@s,

Assina esta contribuição:

Rodrigo Poça de Souza - Graduando em Ciência da Computação - UFF - rpoçadasouza-noel@yahoo.com.br

Sociedade Livre: Caminhos e Experiências

LIBERDADE: Você tem?

Antes de falar sobre as vantagens do Software Livre, explicaremos o que ele é. O ponto inicial para essa compreensão está em entendermos que "livre" não quer dizer gratuidade, isenção de custos, e sim LIBERDADE, autonomia para agir e reagirmos contra a retenção do conhecimento.

Softwares Livres são programas de computador escritos da mesma forma que os outros, utilizando uma linguagem compreensível para os programadores, o chamado "código fonte". Posteriormente, este código é traduzido em outro, o "código de máquina", destinado apenas aos computadores e de impossível compreensão humana.

Diferentemente do software proprietário onde o usuário apenas tem acesso ao código de máquina sem poder estudá-lo, compreendê-lo, melhorá-lo ou redistribuí-lo de forma legal, o Software Livre libera o código fonte e dá a liberdade para que o usuário possa copiar, distribuir, e alterar da forma que desejar.

Com o código fonte em mãos qualquer pessoa pode contribuir através de alterações, sugestões e resoluções de problemas. O desenvolvimento de um Software Livre se dá dessa forma, através de comunidades de usuários, desenvolvedores e colaboradores de diversas localidades do mundo. Por causa desse modelo os Softwares Livres têm comumente superado os concorrentes proprietários em estabilidade, desempenho e segurança.

Com o código fonte livre, o conhecimento torna-se disponível para todos, evitando assim retê-lo nas mãos de poucos. Assim, notamos o caráter revolucionário que o Software Livre proporciona, não apenas na tecnologia, mas também na sociedade e na concepção de liberdade do conhecimento. Várias iniciativas neste sentido já foram inspiradas na filosofia do Software Livre; as publicações abertas e a enciclopédia livre Wikipedia (<http://wikipedia.org/>), são alguns exemplos.

O Software Livre também coloca em discussão a independência tecnológica. Um aspecto importante é o não pagamento de licenças para empresas, em outras palavras: o Software Livre pode ser adquirido gratuitamente de maneira legal. Podemos salientar que os custos com a aquisição de software proprietário são bastante significante para o governo, superando até mesmo o investimento em cultura.

Outra questão é a privacidade, pois com o código fonte você pode saber exatamente o que está acontecendo no seu computador, diferentemente dos softwares proprietários. Será que eles pegam dados sigilosos seus? Não sabemos, e ninguém sabe, além das empresas que os mantêm. Por essas e outras razões resta apenas acreditar nas empresas ou então passar a usar Software Livre. Por esses e outros motivos que a Nasa, o Exército Americano, o Exército Brasileiro e muitas outras instituições e empresas usam Software Livre.

Hoje o Software Livre já é uma realidade consolidada, pois existem opções para qualquer tipo de utilidade. Sim, qualquer utilidade que você imagine! Quem nunca ouviu falar no Linux ou em Openoffice? Estes são apenas dois entre milhares de Softwares Livres existentes para o mais diversos tipos de aplicações.

ATENÇÃO!!! Fiquem atentos para propagandas de softwares proprietários que, utilizando dados mentirosos, tentam impedir o avanço do Software Livre no mundo. O Software Livre é melhor socialmente, culturalmente, tecnologicamente, pois é criado e mantido primordialmente pela sociedade pensando na sociedade.

Seja Livre! Use Software Livre!

Esse texto foi desenvolvido utilizando o Software Livre openoffice e com a colaboração de diversas pessoas.

Assina este texto:

GELSoL – Grupo de Estudo de Linux e Software Livre da Universidade Federal do Ceará - gelsol@lia.ufc.br



Quebrar Paradigmas - (Re) Construir o Movimento Estudantil

Esta contribuição inicialmente ao ENECOMP é aberta a contribuições e debates posteriores, não pretende ser algo fechado.

Vivemos em uma época de negação do movimento estudantil, como dos movimentos sociais em geral. Lógico que isso não é um movimento natural e espontâneo, existe uma lógica por trás disso, já que quando uma parcela da sociedade se abstém do debate político não quer dizer que não está fazendo política, sim está fazendo, mas para quem tem interesse nesse desprezo total pela política.

Fazer essa inferência é até óbvio, mas como sair disso? Esse é o problema central de nós que queremos pensar a política, não conseguimos vencer essas barreiras. Para vencê-las, temos que saber quais são elas ou o que as geram.

Definir isso é importante e difícil, mas uma questão que vem se clarificando nos últimos tempos é a questão da nossa organização, não conseguimos sair dos vícios e de práticas superadas pela história.

Dentre os vícios podemos destacar dois que são quase que opostos.

De um lado temos os militantes "revolucionários" [1], muito politizados, muito dedicados, mas que não sabem fugir dos muros de seu grupo de "revolucionários", não conseguem dialogar com o estudante que não tem a sua cultura política, que não tem a sua prática militante. Cria-se uma barreira que faz que com a veia política de muitos estudantes considerados despolitizados pelos "revolucionários" não seja despertada por falta de oportunidades, oportunidades de ter acesso a um debate mais básico e oportunidade de expressar suas idéias sem ser prontamente rechaçado ou ainda satirizado.

De outro lado estão os "homens e mulheres de boa vontade", é o maior grupo dentro do ME mas que não se organiza (seja onde for) e por isso se tornam manobrados pelos "revolucionários" quase sempre. Esse grupo se caracteriza por não conceber o movimento estudantil como movimento social e de transformação da realidade, fazem do ME uma espécie de ONG. Negam categoricamente a presença de partidos dentro do movimento, não se envolvem em questões políticas que não lhes atinge diretamente (ex.: Reforma Agrária, Luta por moradia....) e assim que terminam suas gestões ou cursos abandonam a política, ou quando muito vão para ONG's ou repetirem as mesmas práticas em sindicatos.

Esses dois vícios do ME vem atrapalhando e muito o andamento do movimento como um todo, é um tema que deve ser estudado e aprofundado, já que é difícil escapar deles.

A partir desses vícios vamos aos problemas que eles acarretam que é onde queremos chegar com esse texto.

Existe uma estrutura que permanece na maior parte das instâncias do movimento, a disputa ao invés da colaboração. Entidades grandes como DCE's e Executivas de cursos geralmente escolhem seus diretores por meio de eleições, onde chapas são confrontadas. Depois do processo, via de regra, os perdedores vão para a oposição, criando uma cisão dentro do movimento.

Essa característica de dirigir ao invés de construir é baseada em práticas superadas dos antigos partidos "comunistas" [2] e que não foi ainda desconstruída pelos atuais militantes dos movimentos sociais, por vários motivos que não fazem parte do escopo do texto [3].

Os grupos que defendem esse endeusamento da direção e a disputa fratricida pela mesma, acreditam que se a direção for revolucionária [4], logo o movimento o será. Ao que parece esquecem que o movimento é composto por pessoas, que muitas vezes estão muito afastados da ditas direções devido a práticas antidemocráticas, aparelhistas e etc.

Isso significa que temos que destruir as direções? Não, ainda não. Estamos em uma fase onde o fato de estar em uma diretoria motiva as pessoas, uma vez que a mesma se compromete com o grupo do qual faz parte (e mesmo assim, muitas vezes somem logo depois da posse). E no mais a não disputa não significa desorganização e não divisão de tarefas. Talvez um dia cheguemos a um patamar onde as pessoas conseguirão se organizar para tarefas comuns sem rótulos (diretor disso, ou daquilo), mas tudo tem o seu tempo. Para estimular isso, temos que destruir a burocracia e incentivar que os estudantes que não são diretores se sintam parte ativa da ENEC e desempenhem tarefas como se o fossem. Para isso o incentivo dos diretores é muito importante.

Dentro da ENEC temos uma organização diferente do padrão do movimento estudantil, não existem chapas, cada diretor é indicado por cada estado participante do ENECOMP. Ainda não estamos com a estrutura ideal, onde os diretores seriam indicados pelos encontros estaduais, mas essa forma tem garantido a pluralidade e a unidade de ação, coisas que faltam ao ME de forma geral.

Temos que dar um passo a mais na organização da nossa executiva e para isso urge fortalecer ou criar os encontros estaduais, criar políticas de expansão para Universidades/Estados que não conhecem/constroem a ENEC e começar a pensar política para fora da ENEC.

Pensar política para fora da ENEC é começar a entender o ME e, por extensão, a ENEC como um movimento social que não plana no ar, por



isso tem que se posicionar e para tal deve começar a pensar isso coletivamente. Temos conseguido avançar e muito em temas como regulamentação da profissão e Software Livre, mas ainda nos faltam fóruns específicos para ampliar e dar mais bases a esses temas como cursos e/ou conferências entre os ENECOMP's, que devem ser organizados pelos diretores para que esses temas não fiquem restritos aos participantes do ENECOMP e que dentro do mesmo o debate seja mais qualificado.

Esses possíveis cursos inicialmente poderão ser sobre os temas que já debatemos como software livre e regulamentação da profissão, e mais pra frente sobre outros temas mais gerais.

Como projeto piloto, podemos organizar o curso: Software Livre e Liberdade do Conhecimento, teoria e prática.

Finalizando, temos que unir forças para construir a ENEC no dia-a-dia, no nosso centro acadêmico e na nossa universidade. Quebrando o paradigma das disputas rumo a uma nova cultura política no movimento estudantil, onde a construção, a pluralidade e a unidade de ação sejam mais importantes do que disputas ideológicas, que são importantes, mas não podem frear as lutas que temos em comum.

[1] O termo REVOLUCIONÁRIOS está entre aspas porque esse grupo não é necessariamente revolucionário, mas se consideram como tal.

[2] Os partido que reivindicam ou reivindicaram o "socialismo real" do leste europeu, não podem jamais ser considerados comunistas, uma vez que ao invés do socialismo criaram um Estado Burocrática, autoritário, assassino e semi-feudal.

[3] Essa escolha não é somente política, existem questões de poder e dinheiro por trás desse tipo de construção.

[4] Revolucionária no sentido de transformadora.

Assina esta contribuição

Mike Gabriel Almeida Lopes - UFS
mike.lopes@gmail.com

Aplicando o Modelo de Produção de Software Livre na Economia Solidária

A Rápida expansão do software livre e da economia solidária nos últimos anos se deve, entre outros fatores, a uma mesma estratégia comum baseada na organização de redes colaborativas.

Não fosse pelo trabalho solidário de redes colaborativas compartilhando códigos, conhecimentos e valores, o software livre não teria alcançado tal magnitude em vigorosa expansão e não estaria continuamente crescendo. Igualmente redes colaborativas estão na base da difusão da economia solidária em todo mundo, envolvendo organizações de comércio justo, finança ética, consumo eco-solidário e produção autogerida, integrando atores que operam nos diversos segmentos de inúmeras cadeias produtivas nos vários continentes. Atores dessa outra economia de um novo mundo possível têm se reunido nas diversas edições do Fórum Social Mundial, avançando na dinamização internacional desse movimento, instituindo e alimentando processos colaborativos de diversos tipos.

Por isso, a integração dos movimentos de software livre e de economia solidária aparece como uma tendência promissora

para ambos, na medida em que os empreendimentos econômicos solidários passem a se fortalecer pela utilização cada vez maior de tecnologias livres, particularmente no campo da Tecnologia da Informação, e profissionais que atuam na área do software livre comecem a organizar empreendimentos econômicos solidários que forneçam produtos, serviços e suporte em tecnologia de informação ao conjunto de organizações de economia solidária.

Essa sinergia permitirá consolidar os avanços percebidos em ambos os movimentos bem como desencadear novas oportunidades de crescimento e expansão nesse setor, uma vez que a economia solidária seria beneficiada com tecnologias adequadas para aprimorar o funcionamento de suas redes colaborativas.

Desse modo facilita-se os fluxos de produção, comercialização e consumo solidários, e por outro lado, iniciativas empresariais solidárias na área de desenvolvimento, produção e difusão de softwares livres poderiam se propagar no atendimento das demandas de tecnologia da informação peculiares a essas redes e

empreendimentos de economia solidária.

No mapeamento sobre a economia solidária no Brasil, recentemente realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, órgão do Ministério do Trabalho e Emprego, levantou-se a existência de mais de 15 mil empreendimentos de economia solidária em nosso país, envolvendo cerca de 1,5 milhão de trabalhadores e trabalhadoras. Cerca de 70% desses empreendimentos foram criados entre 1990 e 2005.

Há, portanto, um movimento em expansão da economia solidária e do software livre que muito tem a se dinamizar – pela apropriação, desenvolvimento, emprego e difusão do software livre na economia solidária, bem como, pela organização sustentável de empreendimentos solidários voltados, especificamente, ao atendimento de demandas na área de tecnologia da informação no campo da economia solidária.

* Texto publicado originalmente por **Euclides Mendes** no site EcoSol.softwarelivre.org

ENECOMP 2006 - Grupos de Trabalho

Durante o ENECOMP, acontecerão 7 Grupos de Trabalho que tem como tarefa debater e formular as propostas de atuação da ENEC sobre os mais variados temas e o posicionamento da entidade. Veja a seguir um resumo dos assuntos que serão abordados em cada GT:

o **GT-1: Formação acadêmica de computação** - Debate sobre Currículos da Área de Computação, diretrizes do MEC e da SBC sobre os cursos de computação e um balanço do ENADE.

o **GT-2: Sociedade Livre: Caminhos e Experiências** - Há vários anos a ENEC tem como bandeira central a defesa do uso do Software Livre. Depois da participação em diversos eventos, é necessário um balanço e definir as principais direções da ENEC na defesa do conhecimento livre.

o **GT-3: Economia Solidária** - A integração dos movimentos de Software Livre e de Economia Solidária aparece como uma tendência promissora para ambos. Por esse motivo, no o ENECOMP surge como uma grande oportunidade para integrar esses dois movimentos com o movimento estudantil da área de computação.

o **GT-4: TV Digital** - Neste ano o Brasil definir o seu padrão de TV Digital. Apesar disso, nós sabemos que o debate não se resume a escolha do padrão, mas também nas possibilidades que podem ser abertas na direção da Inclusão Digital e também na garantia da utilização de padrões livres no desenvolvimento de aplicações.

o **GT-5: Regulamentação da profissão** - Como você já deve ter visto neste caderno, esse debate já acontece a vários anos e existem posições bem opostas. A ENEC defende a regulamentação sem reserva de mercado, mas essa posição, pode ser referendada ou alterada na Assembléia Geral da ENEC.

o **GT-6: Movimento Estudantil** - Além da organização em executivas e centros acadêmicos, os estudantes se organizam em DCEs e entidades gerais como a UNE as Uniões Estaduais de Estudantes. Além disso, as executivas se organizam através do Fórum de Executivas. Em todos eles, existe discussão política, espaço para encaminhar propostas da ENEC e muitas divergências.

o **GT-7: ENEC** - A ENEC é a entidade que representa todos estudantes de computação do país. Em todos os anos, é necessário um balanço da atuação da diretoria, do ENECOMP e aqui também é o espaço para o debate sobre a relação da ENEC com outras entidades, sobre a sua estrutura, estatuto e outras questões burocráticas.

Contribua com o futuro da ENEC e participe dos Grupos de Trabalho do ENECOMP. Todos os dias, no horário das 15h15 às 18h00. Durante os GTs você pode encaminhar propostas para a Assembléia Geral da ENEC.



Executiva Nacional dos Estudantes de Computação. Alguns Direitos Reservados.



Este documento está licenciado pela [Atribuição-Uso Não-Comercial-Compatilhamento pela mesma licença 2.5 Brasil](http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/2.5/br/) do Creative Commons. Você pode copiar, distribuir, exibir, executar e criar obras derivadas, dando crédito ao autor original da forma específica não podendo utilizar para finalidades comerciais e, em caso de alteração ou criação de outra obra com base nesta, a obra resultante deve estar sob uma licença idêntica a esta.